

**Mídia e Modernidade:
a formação da opinião pública nas cidades cearenses no século XIX a partir de
narrativas policiais**

Sônia Maria de Meneses Silva - URCA

Em 13 de agosto de 1876, o jornal *A Constituição* apresentava aos seus leitores uma matéria intitulada “A Publicidade do Crime”. Nela, o jornal procurava demonstrar a importância que a imprensa cearense assumia na divulgação das ocorrências criminais, tornando-as objeto de discussão pública, principalmente, a partir da década de 1850, desde quando o jornal supõe existir, entre os cearenses, “tanta facilidade de comunicação, tanta instrução, tanto melhoramento moral e material”, que seria imprescindível a existência de um mecanismo que se prestasse a discutir a questão criminal.

O jornal avalia que essa publicidade do crime funcionava como um aliado poderoso contra a impunidade, já que antes “nem a terça parte dos crimes chegava ao conhecimento das autoridades superiores e do público”. Naquele momento, contudo, com a atuação da imprensa, o jornal assegurava:

“Dê-se o mais insignificante crime na província, se por ventura a polícia não o denuncia, imediatamente fá-lo a imprensa com toda a publicidade, por forma que se pode assegurar que nenhum delito fica por muito tempo desconhecido do público”¹.

Essa matéria demonstra-nos, muito bem, como a imprensa atuará na construção de uma nova perspectiva moral sobre o crime. Uma questão central apresentada pelo jornal é que era fundamental trazer ao conhecimento do público os crimes que aconteciam na província com um claro objetivo de inibição das ocorrências criminais. Ao estabelecer uma execração pública do crime, o jornal contribuía para que se desenvolvesse entre a população um sentimento de indignação sobre as condutas criminais.

Talvez nenhum instrumento represente tão bem o ideal de modernidade e civilização no século XIX como a imprensa. Ao lado de uma grande variedade de signos e

referenciais que as cidades constroem para se apresentarem como o espaço do progresso, da ordenação e do disciplinamento, é através das páginas impressas que sua voz será organizada e divulgada. Nas páginas dos jornais, cotidianamente, desfilam os ideais de uma urbanidade que se construía de forma progressiva, tanto a partir da edificação de prédios, como a partir de palavras. A divulgação de eventos particulares e a transformação diária de tais eventos em acontecimentos coletivos marcam o desenvolvimento da massificação dos bens simbólicos.

A própria reflexão sobre a atuação dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas ainda se constitui um campo bastante novo de exploração para a história, uma vez que quase sempre as mais diversas formas de mídia foram tomadas pelos historiadores enquanto fonte para a análise de outros objetos de temáticas. Contudo, a ação dos meios de comunicação, bem como, suas formas de estruturação nos espaços urbanos contemporâneos, representam um elemento fundamental na compreensão dessas sociedades, isso porque, tais mecanismos irão servir poderosamente na transformação de hábitos, condutas além da elaboração de novas formas de sociabilidade.

Entretanto, se o jornal efetiva o poder da palavra e da construção discursiva dos centros urbanos, apresenta-se também como uma prática social representativa do ideal de sociedade moderna elaborado no século XIX. Era a possibilidade de que os interesses das classes urbanas dominantes se disseminassem elaborando modelos de conduta no cotidiano dos habitantes desses espaços. Mesmo em locais ainda não marcados por signos de urbanidade tão evidentes, como as vilas no interior das províncias, a imprensa marcava um dos primeiros elementos dos ideais de progresso e de civilidade. Além de construir referenciais de conduta e comportamento, a imprensa se autopromovia como a própria porta-voz dessa sociedade: “A imprensa (...) é a última faísca da civilização que se extingue lutando com as trevas da barbarie.”²

No século XIX, os jornais assumem um espaço bastante importante na vida das cidades e vilas da província cearense. Somente em Fortaleza, dezenas de jornais circularam tratando sobre os mais variados assuntos e, embora exercessem uma imprensa fortemente marcada pelas facções políticas, traziam à tona uma série de acontecimentos do dia-a-dia da cidade.

A produção jornalística cearense do século XIX servia como meio de divulgação de idéias quase sempre das classes dominantes e constantemente propunha debates públicos à cerca de questões político partidário. No entanto, um olhar mais profundo sobre essa produção jornalística descortina um mundo complexo no qual se torna evidente a construção de uma moralidade própria do espaço urbano. Mais do que uma rivalidade pontual entre grupos políticos, são colocados em cena elementos de uma sociedade marcada por uma rede de conflitos, resistências e concessões manifestados como mecanismos de organização de um momento bastante delicado, como foi o da organização de cidades e vilas nesse contexto.

O poder de alcance desse veículo era muito maior do que o dos discursos elaborados nos centros intelectuais. Apesar de tais discursos forneceram a base de constituição para a elaboração das idéias divulgadas pelos jornais, o debate desencadeado nas páginas destes se dava em um ambiente muito mais abrangente, penetrava nos casarões e casas de fazenda espalhadas pela província, ampliando significativamente o poder e a influência das notícias neles impressas.

Além disso, o jornal proporcionava um espaço para os leitores apresentarem suas opiniões. Tal espaço, apesar de controlado e determinado pelos interesses que o dominavam, constitui a oportunidade para vislumbrarmos os usos diferenciados que os leitores faziam sobre as idéias que lhes eram apresentadas.

Particularmente, um objeto nos interessa dentre os vários temas abordados nesses impressos: a apresentação do crime, bem como a construção de representações específicas ensejadas sobre esse assunto. Pelo menos dois elementos são relevantes nessa escolha: o primeiro diz respeito à importância que

essa questão assume entre as matérias abordadas nesses jornais. Podemos afirmar que depois da política partidária, esse é um dos assuntos mais recorrentes. É claro que isso não acontece por acaso e é o que pretendemos abordar posteriormente. O segundo elemento refere-se à própria importância do crime, ou ao que o controle dele representa para a sociedade moderna.

Atualmente, tornou-se lugar comum nos depararmos com crônicas diárias acerca de ocorrências criminais, seja na mídia impressa, seja na televisiva. Tal percepção nos leva a refletir sobre como, historicamente, o crime passou a ser objeto de interesse nos meios de comunicação e, sobretudo, como esse interesse vai servir para construir olhares e posturas muito específicas acerca das condutas violentas desencadeadas no espaço urbano. Interessa-nos compreender em que medida o jornal é responsável por ajudar a construir um discurso moralizador, ao mesmo tempo em que inaugura novas práticas criminais a partir das necessidades de uma sociedade de consumo que começa a despontar timidamente nesse período.

É através da imprensa que, cotidianamente, os acontecimentos, antes tratados como eventos particulares e isolados, ganham uma conotação pública que influenciará significativamente a transformação dos hábitos dos moradores da cidade. A publicidade do crime será uma das principais invenções da sociedade moderna, pois será através dela que tais ocorrências deixarão de ser vislumbres como eventos privados para se tornarem eventos públicos, e a própria imprensa assume o papel de arauto da sociedade. Vejamos um exemplo nessa matéria apresentada pelo jornal *A Constituição*:

“O Infeliz Joaquim fora cruelmente surrado com espadeiradas e palmatoadas, arroches na cabeça, apertos de troquez e compasso nas partes genitais, e debaixo desses desumanos martírios conduzidos em pleno dia acompanhado daquelas autoridades (que pareciam ter perdido a cabeça) e seguido do demais povo pela rua que ficou sendo chamada a rua da amargura! (...) A infeliz Francisca de tal fora cruelmente castigada com palmatoadas e o delegado Manoel Joaquim Cavalcante enfurecendo-se a tal ponto, depois de com suas próprias mãos em presença do juiz de direito Carvalho, dar-lhes muitas palmatoadas

*arremessava-a no chão. Debaixo de todo este cortejo infernal foram conduzidos estas duas vítimas pela rua da amargura e postos na cadeia onde ainda hoje jazem debaixo de algemas.*³

O jornal faz questão de apresentar aos seus leitores uma violência sem máscaras. Os textos nos revelam um universo tenso, no qual as práticas violentas parecem emergir como elementos muito presentes no dia-a-dia e nas relações sociais dos habitantes da cidade. A tortura imposta às vítimas em plena rua da cidade é observada por toda a população que, perplexa, contém-se a acompanhar “o cortejo infernal” até a cadeia da cidade.

Os discursos construídos nas páginas dos jornais que circulavam pela província serviam como poderosas práticas de poder que incutiam na população valores morais através da divulgação de uma nova legalidade. A lei deveria estar acima de tudo, porque somente ela asseguraria a ordem, como nos declara esse artigo do jornal *O Cearense*:

*“É sempre com pesar que vemos a transgressão de um preceito legal, seja por este ou aquele indivíduo, por isso chamamos atenção das duas primeiras autoridades da província para providenciarem de um modo eficaz, no sentido de que a lei seja observada.”*⁴

Os jornais procuravam se apresentar como os defensores de uma ordem que ia muito além daquela estabelecida moralmente sobre as condutas da população. Apresentavam-se como os próprios representantes da civilização e da modernidade, que eram vistas como o caminho natural a ser seguido por toda sociedade que almejasse sua redenção social. Eles colocavam-se como a própria palavra da verdade que visava a estabelecer uma realidade inquestionável:

*“A humanidade caminha de progresso em progresso; a civilização, tomando-a pela mão, guia seus passos através das trevas (...) caminha agora como para uma nova redenção (...) encena-lhe o futuro desejado que a aguarda. Sinais precursores de um grande e próximo futuro depontão por todo o urbe civilizado (...).”*⁵

O “grande e próximo futuro” parece se apresentar como a própria construção de uma organização social respaldada pela bandeira da civilização. A ênfase no refinamento dos hábitos e em novos códigos de conduta era acompanhada por uma forte campanha que visava ao estabelecimento de instituições legais e normativas eficientes, à construção de cadeias e penitenciárias e à elaboração de um código penal rígido, que pudesse estabelecer novos parâmetros de conduta moral para as pequenas cidades.

O papel da imprensa era, acima de tudo, “pugnar para que a segurança individual e de propriedade fosse por toda a parte mantida pelos meios que a lei consagra⁶”. Deveria estar sempre vigilante e atenta à defesa da liberdade individual, que, segundo *O Cearense*, era um “nobre empenho” que deveria ser colocado acima de todas as “sugestões políticas” e do espírito partidário.⁷

Ao se apresentar como divulgadora de opinião sobre os mais diversos assuntos, a imprensa local fazia emergir, na população que tinha acesso ao jornal, uma rede de ligação entre as relações sociais e as condutas preconizadas para aquele espaço social. Entretanto, mais do que isso, os jornais pretendiam construir uma rejeição e uma repulsa cada vez maiores sobre toda e qualquer atitude de tensão ou conflito envolvendo os habitantes da cidade, que não estivessem amparadas pela lei, fazendo com que “os sentimentos exaltados” encontrassem “corretivo na energia e vigilância da autoridade”. Somente se a “população estivesse habituada a ver impressa a lei”, a estatística criminal deixaria de tomar “proporções espantosas nos representando fora do país como feras indomáveis.”⁸ O jornal é muito claro quando fala de sentimentos exaltados. Isso nos demonstra que a mudança de condutas passava por uma transformação nas necessidades e sentimentos da população; exigia-lhe a subordinação a códigos sociais e institucionais que visavam a modificá-la em suas atitudes mais corriqueiras, desde seu modo de vestir até a contenção de seus sentimentos mais violentos.

O discurso civilizador apresentado nos jornais objetivava uma mudança progressiva em direção ao estabelecimento de comportamentos que somente pode ser compreendida como parte do próprio desenvolvimento histórico e social daquela sociedade, de um momento historicamente construído, cuja característica principal foi a busca e a construção de um modelo de sociedade amparado pelo ideal de modernidade. Além do caráter econômico, esse processo coloca em evidência uma competição entre novos e antigos símbolos culturais.

Ao classificarem de bárbaros ou civilizados os comportamentos na cidade, os jornais demonstravam um caráter racionalizado no estabelecimento de novas condutas. Para que se afirmassem como modelos civilizados os hábitos propostos pelas classes dominantes, era necessário se construir também o padrão de “incivilizado” e, para isso, nada se apresentaria como melhor exemplo do que os conflitos e embates físicos que não estivessem sob o controle da lei.

No entanto, como o discurso jornalístico irá agir na abordagem do crime? Sem dúvida, a primeira resposta para essa pergunta é: pela divulgação das ocorrências criminais que aconteciam na cidade e pela crítica às mesmas. Muitas delas eram narradas com muito realismo para tentar trazer aos leitores a violência do exato momento do acontecimento, fazendo-os espectadores de uma cena repulsiva e bárbara que deveria chocar e indignar a todos que dela tomassem conhecimento. Tomemos como exemplo o relato de uma tentativa de assassinato ocorrida em uma das ruas centrais de Fortaleza, na qual foi vítima o Padre Francisco Cerbelon Verdeixa⁹:

“A noite estava clara como o luar; quando um cabra, ou um negro subindo a rua aproximou-se a calçada e com uma audácia incrível desfecha com toda a força um tijolo no rosto do Padre Verdeixa. (...) O tijolo esmigalhou-se e abriu uma ferida profunda com mais de uma polegada de extensão que ofendeu até o osso”¹⁰

A atmosfera de tensão e suspense impressa no texto sem dúvida queria causar nos seus leitores um profundo sentimento de repulsa à atitude narrada. O

detalhe do ferimento exposto e a violência do ato são propositadamente apresentados com o intuito de indignar os leitores e alertá-los para os perigos que podem representar atos como esse para a sociedade, pois “quando o assassinato e o roubo deixam de ser crimes numa sociedade, ou deixam de ser punidos (...) por certo que a justiça tem desaparecido desta sociedade e esta apenas existe como uma recordação”¹¹. Mesmo se não tivesse sido publicado, é possível que muitos viessem a saber do acontecimento, porque Fortaleza era uma cidade de proporção territorial ainda pequena. Sem a interferência da imprensa, entretanto, dificilmente este fato seria visto a partir do caráter moral que o discurso do jornal traz à tona.

O importante a ser observado no papel que a imprensa exerce nesses eventos é que ela não apresenta somente o acontecimento, mas, sobretudo, constrói um discurso moralizador sobre ele, o que será decisivo para influenciar as relações sociais na construção dos signos de urbanidade na província cearense. O próprio jornal tem consciência do papel que exerce já que para ele a imprensa “é a última faísca da civilização que se extingue lutando com as trevas da barbárie que a tudo alumbra”¹².

¹ A CONSTITUIÇÃO. **A Publicidade do Crime**. 13/08/1873. p. 02.

² O CEARENSE, terça-feira, 1 de outubro de 1850, **Mais 4 assassinatos** p. 03

³ A CONSTITUIÇÃO. **Correspondência da Constituição**. 8/10/1865. p. 04

⁴ O CEARENSE. 18/01/1871. p. 04

⁵ O CEARENSE. **A Queda de Rosas** 23/04/1852. p. 2 e 3.

⁶ O CEARENSE. **Editorial**. 5/06/1857, p. 01.

⁷ *Id.*

⁸ O CEARENSE 14/07/1874. p. 01.

⁹ Padre Verdeixa foi um dos mais importantes editores da imprensa liberal cearense durante a segunda metade do século XIX, sendo o redator responsável pelo jornal O JUIZ DO POVO, que se notabilizou pelo caráter provocativos de suas notícias.

¹⁰ O CEARENSE. “**Um atentado cobarde e infame**”. 15/04/851. P. 01.

¹¹ O CEARENSE. “**Mais 4 assassinatos**” 1/10/1850. p. 3

¹² *Id.*